



# AVALIAÇÃO UNIFICADA

## CADERNO DE QUESTÕES

### INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: **40 min.**

CURSO/PERÍODO

**DIREITO - 9º PERÍODO - DATA: 14/04/2025**

## **GABARITO RASCUNHO**

|    |   |   |   |   |
|----|---|---|---|---|
| 01 | A | B | C | D |
| 02 | A | B | C | D |
| 03 | A | B | C | D |
| 04 | A | B | C | D |
| 05 | A | B | C | D |
| 06 | A | B | C | D |
| 07 | A | B | C | D |
| 08 | A | B | C | D |
| 09 | A | B | C | D |
| 10 | A | B | C | D |
| 11 | A | B | C | D |
| 12 | A | B | C | D |
| 13 | A | B | C | D |
| 14 | A | B | C | D |
| 15 | A | B | C | D |
| 16 | A | B | C | D |
| 17 | A | B | C | D |
| 18 | A | B | C | D |
| 19 | A | B | C | D |
| 20 | A | B | C | D |
| 21 | A | B | C | D |
| 22 | A | B | C | D |
| 23 | A | B | C | D |
| 24 | A | B | C | D |
| 25 | A | B | C | D |



Disciplina: Direito da Família  
Professora: Me. Leonardo Luiz Ferreira

### Questão 01

Maria e João se casaram sob o regime da comunhão parcial de bens, conforme disposto no artigo 1660 do Código Civil. Antes do casamento, João adquiriu um imóvel com recursos próprios. Durante o casamento, Maria investiu um valor considerável em uma empresa que criou antes do casamento. Ao longo do matrimônio, ambos acumularam diversos bens, inclusive carros, móveis e contas bancárias conjuntas. Diante deste contexto, é correto afirmar que:

- (A) O imóvel adquirido por João com recursos próprios antes do casamento entra na comunhão de bens.
- (B) Os bens adquiridos por ambos durante o casamento, com recursos próprios, não devem ser partilhados em caso de separação.
- (C) A empresa criada por Maria antes do casamento é um bem particular, mas os lucros gerados durante o casamento podem ser compartilhados em caso de separação.
- (D) As contas bancárias conjuntas de Maria e João são consideradas bens particulares de ambos.

### Questão 02

Paula e Roberto são casados sob o regime de comunhão parcial de bens. Após 10 anos de casamento, ambos decidiram modificar o regime de bens, optando pela separação total de bens. Para que essa mudança no regime de bens seja válida, de acordo com o Código Civil, é necessário que:

- (A) O pedido de modificação seja formalizado por meio de escritura pública e homologado judicialmente.
- (B) A mudança no regime de bens seja aprovada apenas por um dos cônjuges, com o consentimento do outro.
- (C) A modificação seja solicitada exclusivamente em caso de comprovada necessidade de proteção de bens adquiridos durante o casamento.
- (D) A modificação do regime de bens não dependa de nenhum tipo de autorização judicial, sendo somente necessário o acordo de ambos os cônjuges.

### Questão 03

Ana e Felipe são casados sob o regime de comunhão parcial de bens. Ana recebeu de herança um imóvel antes de se casar, mas, após o casamento, decidiu vender o imóvel. A venda do imóvel precisa da outorga uxória para ser válida conforme o Código Civil? Nesse caso, é incorreto afirmar que:

- (A) A venda do imóvel de Ana, recebido por herança antes do casamento, necessita de outorga uxória, pois a venda envolve um bem imóvel.
- (B) A venda do imóvel de Ana não necessita de outorga uxória, pois ele é um bem particular, adquirido antes do casamento.
- (C) A venda do imóvel de Ana precisa de outorga uxória apenas se o imóvel for registrado em nome de ambos os cônjuges.
- (D) A venda do imóvel de Ana não precisa de outorga uxória, já que é um bem particular e a outorga uxória só se aplica a bens comuns.

**Questão 04**

Carlos e Beatriz estão prestes a se casar. Para que o casamento seja concretizado de forma válida, é necessário que sejam observadas as etapas legais, incluindo a celebração do casamento e o cumprimento de prazos. Sobre as etapas para a formalização do casamento, é correto afirmar que:

- (A) A celebração do casamento pode ocorrer apenas após o cumprimento do prazo de 60 dias após a publicação dos proclamas.
- (B) O casamento pode ser celebrado sem a necessidade de formalização de pacto antenupcial, caso os cônjuges escolham o regime da comunhão universal de bens.
- (C) O casamento só pode ser realizado após a verificação da inexistência de impedimentos legais, como o grau de parentesco.
- (D) O casamento pode ser celebrado sem o cumprimento de formalidades, como os proclamas, caso o casal tenha sido casado anteriormente.

**Questão 05**

Ana e Gustavo casaram-se sob o regime de separação convencional de bens, estabelecendo no pacto antenupcial que cada um manteria a propriedade exclusiva dos bens adquiridos antes e durante o casamento. Possuem dois filhos. Com a morte de Gustavo, Ana tem dúvidas sobre a partilha dos bens e a sucessão de seu falecido marido. Considerando esse contexto, é correto afirmar que:

- (A) No caso de divórcio, cada um manteria seus bens particulares, mas, em caso de falecimento, Ana herdaria todos os bens de Gustavo, incluindo os adquiridos antes e durante o casamento, já que o regime de separação convencional prevê a doação ao cônjuge sobrevivente.
- (B) Os bens adquiridos por Gustavo durante o casamento não são passíveis de partilha, nem mesmo com os herdeiros, uma vez que o regime de separação convencional impede qualquer partilha de bens, seja em caso de divórcio ou morte.
- (C) O regime de separação convencional de bens preserva a propriedade dos bens particulares de cada cônjuge, e, em caso de falecimento, haverá sucessão do cônjuge sobrevivente somente sobre a parte dos bens do falecido que lhe corresponder, respeitando os direitos dos herdeiros.
- (D) Os bens adquiridos durante o casamento por Gustavo pertencem exclusivamente a Ana após o falecimento, já que no regime de separação convencional de bens, o cônjuge sobrevivente é o único herdeiro.

|                                                                                    |
|------------------------------------------------------------------------------------|
| Disciplina: Direito Processual Civil V<br>Professora: Ma. Roberta Favalessa Donini |
|------------------------------------------------------------------------------------|

**Questão 06**

Assinale a alternativa correta:

- A) A tutela da evidência será concedida quando houver súmula de tribunal regional federal a respeito da matéria.
- B) A tutela provisória será requerida ao juiz da causa e, quando antecedente, a qualquer juízo.
- C) A parte não responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, salvo em hipótese de má-fé.
- D) A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

### Questão 07

Maria ajuizou ação em face de uma operadora de plano de saúde, pleiteando a condenação da ré ao custeio de um tratamento cuja cobertura lhe foi negada e indenização por danos morais. A petição inicial requereu, ainda, a concessão de tutela provisória para assegurar a cobertura imediata do tratamento, sendo juntada cópia do contrato firmado com a operadora, documentação comprobatória dos pagamentos das mensalidades e laudos médicos que atestam a necessidade urgente do tratamento prescrito.

Considerando essa situação hipotética, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Se o juiz não apreciar o pedido de tutela provisória, ele poderá analisá-lo e deferi-lo na sentença de mérito.
- B) Se o autor rotular a tutela provisória requerida como cautelar, mas o juiz entender que sua natureza é de tutela antecipada, ele deverá indeferir o pedido.
- C) A tutela provisória requerida na petição inicial apresenta natureza satisfativa e de evidência.
- D) A tutela provisória requerida na petição inicial possui caráter cautelar.

### Questão 08

As tutelas provisórias foram objeto de regulamentação no Código de Processo Civil. Considerando as tutelas provisórias, analise as afirmativas a seguir.

- I. Dentre outras hipóteses, a tutela da evidência será concedida quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- II. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
- III. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada, dentre outras formas, mediante arresto, sequestro e arrolamento de bens.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas;
- B) I e II, apenas;
- C) I e III, apenas;
- D) I, II e III.

### Questão 09

Em relação ao Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta, a respeito da ação de consignação em pagamento.

- A) Requerer-se-á a consignação no lugar do pagamento, cessando para o devedor, à data do depósito, os juros e os riscos, salvo se a demanda for julgada improcedente.
- B) A consignação em pagamento serve para dinheiro, coisas, obrigação de fazer e de não fazer, para tanto, basta a negativa do credor em receber e dar quitação do contrato.
- C) Se o objeto da prestação for coisa indeterminada e a escolha couber ao credor, será este citado para exercer o direito dentro de vinte dias, se outro prazo não constar de lei ou do contrato, ou para aceitar que o devedor a faça, devendo o juiz, ao despachar a petição inicial, fixar lugar, dia e hora em que se fará a entrega, sob pena de depósito.
- D) Não é permitido ao réu apresentar contestação, cabendo-lhe apenas aceitar ou rejeitar o pagamento consignado.

### Questão 10

Nos exatos termos previstos no Código de Processo Civil acerca da ação de dissolução parcial de sociedade, é correto afirmar que

- A) pode ter por objeto a sociedade anônima de capital fechado ou aberto, quando demonstrado que não pode preencher o seu fim.
- B) havendo manifestação expressa e unânime pela concordância da dissolução, o juiz a decretará, devendo as custas serem pagas pelo autor da ação.

C) a sociedade não será citada se todos os seus sócios o forem, mas ficará sujeita aos efeitos da decisão e à coisa julgada.

D) a data da resolução da sociedade será, na retirada imotivada, o trigésimo dia seguinte ao do recebimento, pela sociedade, da notificação do sócio retirante.

|                                                                                                     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Disciplina: Direito Coletivo do Trabalho<br>Professor: Me. Christiano Francisco da Silva Vitagliano |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|

### Questão 11

São considerados princípios específicos de Direito Coletivo do Trabalho, exceto:

- A) Princípio da proteção ao trabalhador, dada a diagonalidade da relação contratual coletiva
- B) Princípio da adequação setorial negociada.
- c) Princípio da liberdade de filiação.
- D) Princípio da interveniência sindical profissional na negociação coletiva.

### Questão 12

Assinale a alternativa incorreta quanto ao Direito Coletivo do Trabalho.

- a) O princípio da adequação setorial negociada, impõe que nas empresas os setores devem enquadrar seus funcionários de acordo com o estabelecido em instrumento coletivo
- b) *Liberdade de aderir a sindicato*, o que importa na vedação de medidas discriminatórias.
- c) Na esfera da autonomia do sindicato inserem-se sua liberdade de funcionamento.
- d) *Liberdade de fundação de sindicato*. Os sindicatos podem ser criados sem a necessidade de autorização estatal.

### Questão 13

Pode ser objeto de negociação coletiva, salvo (assinale o que não pode ser objeto de negociação):

- a) pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais.
- b) banco de horas anual.
- c) intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas.
- d) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador

### Questão 14

Pode ser objeto de negociação coletiva de acordo com a CLT, salvo (assinale o que não pode ser objeto de negociação):

- a) regulamento empresarial.
- b) representante dos trabalhadores no local de trabalho.
- c) teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente.
- d) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos

### Questão 15

Pode ser objeto de negociação coletiva de acordo com a CLT, salvo (assinale o que não pode ser objeto de negociação):

- a) enquadramento do grau de insalubridade;
- b) prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho;
- c) prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo
- d) definição legal sobre os serviços ou atividades essenciais e disposições legais sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade em caso de greve.

Disciplina: Direito Processual Penal IV  
Professor: Me. André de Paula Viana

**Questão 16**

O Tribunal do Júri é uma instituição prevista na Constituição Federal, responsável por julgar crimes dolosos contra a vida. Nesse contexto, qual é a principal característica do Tribunal do Júri?

- a) Julgar todos os tipos de crimes.
- b) Julgar apenas crimes culposos.
- c) Julgar crimes dolosos contra a vida.
- d) Julgar crimes de menor potencial ofensivo.

**Questão 17**

O Tribunal do Júri é composto por jurados que são cidadãos comuns, escolhidos por meio de sorteio. Qual é o número de jurados que compõem o Tribunal do Júri?

- a) 5 jurados.
- b) 7 jurados.
- c) 12 jurados.
- d) 15 jurados.

**Questão 18**

No Tribunal do Júri, o julgamento é dividido em duas fases: a primeira fase é conhecida como "judicium accusationis" e a segunda fase como "judicium causae". Qual é o objetivo da primeira fase?

- a) Decidir sobre a culpabilidade do réu.
- b) Analisar as provas e decidir se o réu deve ser levado a julgamento.
- c) Determinar a pena a ser aplicada ao réu.
- d) Ouvir as testemunhas e realizar o interrogatório do réu.

**Questão 19**

Durante o julgamento no Tribunal do Júri, os jurados devem responder a quesitos formulados pelo juiz presidente. Qual é a finalidade dos quesitos?

- a) Determinar a pena a ser aplicada ao réu.
- b) Decidir sobre a culpabilidade do réu.
- c) Analisar as provas apresentadas pela defesa.
- d) Ouvir as testemunhas e realizar o interrogatório do réu.

**Questão 20**

O Tribunal do Júri possui competência para julgar crimes dolosos contra a vida, como homicídio, infanticídio, aborto e participação em suicídio. Qual é a competência do Tribunal do Júri em relação aos crimes conexos?

- a) Julgar apenas os crimes dolosos contra a vida.
- b) Julgar todos os crimes conexos aos dolosos contra a vida.
- c) Julgar apenas os crimes culposos conexos aos dolosos contra a vida.
- d) Julgar apenas os crimes de menor potencial ofensivo conexos aos dolosos contra a vida.

**Disciplina:** Psicologia Jurídica  
**Prof.:** Uelington

**Questão 21**

“A aproximação de dois importantes campos da ciência, como a Psicologia e o Direito, dá sentido à Psicologia Jurídica, oferecendo recursos para os desdobramentos que estas assumiram na circunstância da prática profissional, respeitando o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana ao tratarmos os casos do judiciário numa perspectiva humanizada e multidisciplinar”.

Acerca dos fundamentos da Psicologia Jurídica, é CORRETO o que se afirma em:

- a) Oferece recursos de uma análise restrita, de modo a formar um psicodiagnóstico jurídico, no qual o conhecimento da aplicação das Leis seja somado a uma visão psicológica unilateral da realidade.
- b) Favorece a análise *a posteriori* dos autos do processo e dar elementos que considerem a ética humana.
- c) Elabora um estudo essencialmente psicológico das peças, investigando o histórico, os antecedentes e os elementos fundamentais à elaboração do laudo ou parecer.
- d) Sensibiliza profissionais quanto à importância de uma visão ampliada, considerando aspectos humanos, psíquicos como incremento do entendimento jurídico, não podendo uma ser alijada da outra.

**Questão 22**

“A mediação possui o propósito de refletir com as partes a complexidade da situação que estão envolvidas. Na mediação, teremos três partes: autor, réu e mediador”.

**Acerca da mediação, analise as sentenças abaixo:**

- I – Na relação entre o autor e o réu haverá um mediador, terceiro, que deverá ser parcial, competente, independente e que deverá passar confiança às partes, pois irá orientá-los.
- II – O objetivo do mediador é ajudar as partes a negociarem, mas este não poderá solucionar ou definir o conflito.
- III – Este mediador deverá seguir os princípios norteadores de processos autocompositivos, como, por exemplo, o princípio da neutralidade e imparcialidade de intervenção.

É INCORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) Nenhum.

O sucesso não cai do céu. Ele exige muita luta, esforço, estudo e força de vontade.